

A PSICOLOGIA EM PORTUGAL (III): dos fins do séc. XVI aos primórdios do séc. XVIII

Acabámos o último artigo dizendo que, quer a especulação científica, quer o empirismo rudimentar põem em questão preocupações de objectividade que vão fazer parte do «nascimento» da Psicologia. Mas de facto, embora tenha sido ainda referido que as descobertas portuguesas foram, até certo ponto, precursoras de Galileu e Newton, é difícil esquecer a asserção, de certo modo fatalista, de que, se se cumpriu o império, não se cumpriu Portugal. Na verdade, ao nascimento do facto insólito e grande que foram as descobertas portuguesas e ao seu génio esperançoso, não se seguiu o brincho esperado no século XVII. Portugal antecipou o espírito científico deste, mas não participou de facto nele, nem o continuou.

Gostaria de fazer aqui um parêntesis: é difícil abordar o tema da evolução do pensamento científico sem se referirem simultaneamente algumas incidências mais relevantes daquela evolução que radicam no contexto histórico, que é o mesmo que dizer alguns factos que marcam as «mudanças» a nível cultural. Nestes fases que temos vindo a destacar, corremos o risco de fazer história, mas corremos-o conscientemente e por preferirmos definir um pouco as coordenadas espaço-temporais a perdermo-nos prioritariamente em atitudes reflexivas, sempre passíveis de interesse, mas que não ultrapassam, muitas vezes, a especulação. A cultura de um país radica na sua história, implica ciência e consequentemente a ciência de que aqui nos ocupamos. Recordemos, assim, algumas das repercussões do glorioso período dos Descobrimentos e como essas repercussões se vão fazer sentir, no século XVII, a nível cultural.

A perspectiva de um pacífico trato comercial com as regiões descobertas, esboçado por D. João II, ruíu. Os nobres, a quem foram entregues directrizes políticas na Índia, eram, de modo geral, adeptos da violência e as negociações para eliminar rivalidades resolviam-se pelas armas. A esta agressividade e à superioridade momentânea dos navios e artilharia deveriam-se, de início, as vitórias portuguesas na Índia. Graças a Afonso de Albuquerque, D. Manuel passa a ser rei de Portugal e dos Algarves e senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Os paços reais têm sede num palácio à beira-rio evocativo da renascença portuguesa. Aumentam, com os paços reais, os cortesãos funcionários do rei. Redigem-se novas leis incorporadas nas Ordenações Manuelinas, que, aliás, acrescentadas posteriormente com as Ordenações Filipinas, passam a fundamentar o direito público e privado. Os portugueses navegantes do século XVI vão até ao Japão, têm sede em Goa de onde se pretendia evangelizar todo o Oriente e converter a Ásia. Até no Tibete surgem missões portuguesas.

No entanto, e não obstante as vitórias iniciais nesse domínio, o fim que se visava nessa linha e que sedimentaria o poderio comercial — a cristianização da Ásia, falhou. As castas superiores nunca aderiram à religião cristã, que nessas regiões competia com a religião muçulmana. Todavia, essa obra de missionização, se por um lado, ajudou à expansão da língua por-

tuguesa, por outro lado, exprimiui hábitos e características através dos quais os portugueses passaram a ser conhecidos na Ásia. E foi até certo ponto através dos missionários portugueses que a Europa renascentista contactou culturalmente com a Ásia.

Conquistada Malaca, em 1511, os portugueses procuraram suba «estrada da seda» por uma rota marítima através da qual a China chegaria até nós. Mas conseguiram-se muito mais através da pirataria portuguesa do que através dos emissários oficiais. Deveu-se a aventureiros como Jorge Álvares, a partir de 1513, o estabelecimento de contactos comerciais futuros. Também Nagasaki foi, como cidade comercial, fundada por aventureiros portugueses. Segundo Hernando José Saraiva (nota 1) os historiadores japoneses teriam chamado ao período de 1540 a 1630 o século cristão.

Entretanto, a descoberta do Brasil mostrou-se fecunda, embora não de imediato, e correspondeu durante mais tempo às esperanças aí postas, em parte em função de cruzamento de portugueses com mulheres nativas. Passada a fase das capitânias, partiu para o Brasil por volta de 1548 o primeiro governador geral e com ele os missionários com função evangelizadora... A fase mais promissora brasileira correspondeu, por um lado, à área comercial da qual eram factores básicos o pau-brasil, a cana do açúcar e os escravos, e por outro lado, coincide com o decair do comércio com a Índia: A manutenção de tão extenso espaço geográfico económico era complexa e exigia séria capacidade diplomática e organizativa.

A queda do sonhado império africano, com a perda de Santa Cruz do Cabo da Gué em 1541, foi um sinal importante do declínio que se generalizou. Rapidamente se seguiu a perda de Arzila e de Alcácer Seguer e isto acontece porque eram precisos esforços para se manter a nossa influência no Oriente, embora Malaca se mantivesse até aos fins do século XVII como base comercial da China, Índia e Japão.

A Filosofia do séc. XVII é marcada pelas tendências diferentes de Descartes, Francisco Bacon, Hobbes, Gassendi, Kocke, Espinosa e Malebranche. Leibniz tentou, de certo modo, conciliar diferenças profundas e ricas que iriam dominar a Europa no séc. XVIII.

Entretanto, as dificuldades económicas acentuavam-se. A D. João III, sucedeu D. Sebastião que tinha 3 anos. Sá de Miranda e Diogo de Teive chamavam a atenção para o período de decadência em que o país se encontrava em função da exploração económica do Oriente. As alterações provocadas pelas grandes margens de lucro fragilizaram o equilíbrio tradicional. Diríamos, numa perspetiva psicodinâmica, que as estruturas sociopolíticas e humanas já não estariam muito sólidas e a cultura em geral foi muito sensível a essa fragilização. Os grandes e inúmeros valores culturais do século XVI estão directamente ligados a ciências decorrentes dos próprios descobrimentos, tal como a zoologia e botânica. Neste período, e na linha dos modelos europeus, há uma relativa simultaneidade de preocupações culturais: «renova-se» a língua portuguesa na base do latim e verificam-se aí alterações sintáticas e de ritmo nas classes cultas — na «arraia muída» do tempo de Fernão Lopes não se sentiam tais alterações. Isso justifica, até certo ponto, que nas últimas décadas do século XVI, os jesuítas supervisionassem toda a escolarização pré-universitária. Os esquemas aristotélicos escolásticos predominavam na universidade e no ensino em geral.

Com o «Verdadeiro Método de Estudar» de Luís António Verney, o critério da verdade, adquirida pela experiência, antepõe-se a qualquer outro critério — a investigação científica ganha aqui a sua implementação embora só se vá sedimentar com o apoio político da controversa figura histórica que o Marquês de Pombal e com a oprimulação da reforma dos estudos universitários em 1772. Aí se trata, pela primeira vez no nosso país, a política educativa portuguesa no seu todo.

Assim, uma vez transformada a corte, desabrochada francamente o fausto, as pequenas cortes dos nobres recrudesceram, e a fuga da província acentuou-se. Consumiram-se os bens, mas as despesas de manutenção aumentavam (desde a tonelagem dos navios à sustentação das fortalezas) e portanto o rendimento nacional baixava. A hipótese de um império africano recomençou a impôr-se mentalmente e foi exposta por Diogo de Couto e Camões. Neste contexto foi recriado o tão discutido messianismo e nele criado D. Sebastião — instrumento de salvação da cristandade, do «refazer» do império africano. D. Sebastião foi objecto de desejo de um povo e a África dos antepassados, de D. João I a D. Afonso V — pois o resto do império fugia — objecto do desejo de D. Sebastião. Como objecto de desejo reinou, pois fruto de consanguinidade marcada, recusa ter qualquer doença física, embora a tenha, é piedoso e casto («mais do que casto»), destemido e aparentemente sem medo (mas, de facto, tal como o país no século XVII, sem suportes sólidos).

Pressupomos que desejado por um país — um país que sofria a Inquisição — não se sabe se desejado pelos país — cumpre o papel

do mito de um povo inseguro da sua força como povo, e parece ter resolvido o problema da sua fragilidade através da morte — não propriamente a morte de Alcácer Quibir (sabe-se lá como a história o interpretaria se não perdesse a batalha, pois às vezes vencem-se batalhas impossíveis, e até talvez não tivesse sido o primeiro monarca com características psicológicas análogas), mas a morte de não viver, de facto, enquanto vivo. Um pouco do que aconteceu repetimos, com o Portugal do século XVII.

Entretanto Alcácer Quibir aconteceu, os Filipes vieram e o século XVII, período basilar da ciência moderna, época de Galileu, Descartes, Bacon e Newton, Rembrandt, Van Dick, Schakspeare, Cervantes e Racine, não teve praticamente eco em Portugal. A perda da independência, a crise económica e a actividade repressiva da Inquisição estabilizaram as iniciativas da cultura. A Inquisição manteve-se a partir de 1534; em 1684 o ritmo dos actos de fé diminuiu mas houve mortes até ao advento do Marquês de Pombal.

Contudo, embora o que tristemente se celebrizara tenha sido a

morte na fogueira, foram as razões da sua existência e repercussões que tiveram efeitos específicos na nossa europeização, altamente prometedora no início dos descobrimentos. Realmente a heresia luterana não teve entre nós força notória. Havendo quase sempre na base razões de ordem socio-económica, estes fenómenos culturais acabam por ter causas imediatas muito variadas: D. João III era cunhado de um potentado europeu, Carlos V, e este puseram-se ao lado de Roma. Em Portugal, repetimos, não se combateram propriamente luteranos, mas judeus, a quem eram confiscadas as fortunas se praticassem os rituais judaicos — embora cristãos novos — julgados e condenados como tal. A censura, de um modo geral, e especialmente a censura intelectual, desde a proibição das leituras — incluindo produções nacionais e estrangeiras — mencionadas nos índices expurgatórios à fiscalização do comércio livreiro, avolumou a importância da denúncia e de um clima de desconfiança que bloqueava tudo e todos. E a maior parte dos historiadores portugueses chama a atenção para a contradição entre as dificuldades de gerência portu-

(*) Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

PSICOLOGIA EM PORTUGAL

CONTINUAÇÃO DA PAGINA 7

sa em geral, e a organização e a eficiência excepcional dos serviços do Santo Ofício. Este não só conseguiu restringir a entrada da cultura europeia na fase final do século XVI e no século XVII como manteve um clima de ambiguidade; supomos, apesar de tudo, que o pensamento se exprimiu sempre, mas camuflado por um código estilístico incompreensível.

É, todavia, simplista, atribuir à actividade da Inquisição, que não foi exclusivamente portuguesa, a decadência cultural portuguesa da época, assim como considerar inexplicável a sua eficiência duradoura, quando, como se sabe, não há força psicológica mais profunda do que a que preserva uma religião. E também não teriam sido os jesuítas, tão postos em relevo em Portugal, e que, por razões variadas, se opuseram à Inquisição, os obreiros básicos dessa decadência. Esta gerara-se na mesma Ánsia que levou os portugueses à conquista dos muros, da Índia e do Mundo. Ánsia que não atinge o acabamento adequado, que é o mesmo que dizer persistência, o trabalho aturado, a força psíquica e mental necessárias e o desejo profundo de realizar uma vitória completada nas realizações concretas e no auferir estas em plenitude. Defeito? Seguramente, numa perspectiva histórica. Do ponto de vista psicológico, lacuna ou característica organizada tão longinquamente não a sabemos explicar. Diz Hermano Saraiva «A actividade inquisitorial pôde exercer-se sem fortes reacções internas, porque não existia uma classe média com independência económica e mental, e também esta situação lhe é anterior. Não se pode ver nela a origem da crise. Mas foi ela que institucionalizou e interiorizou o espírito de intolerância que é o lado mau da alma portuguesa. Organizou e forneceu base moral à denúncia e ao genocídio cultural que vimos nascer com a própria nacionalidade. E a ela se deve que esse espírito permaneça como fogo mal extinto que a novas viragens do vento reacende em denúncias, condenações por ideias e fogueiras» (Nota 1).

...A contribuição do pensamento português (neste período) para a futura Psicologia, caracterizou-se por uma tendência à especulação pouco produtiva a nível experimental em períodos de depressão mas... capacidade de retomar o caminho — (...) ultrapassados os períodos esterilizantes, que afinal não funcionam como estêreis pois que, apesar de tudo, se aprendeu com a experiência. Atraso cultural? Atraso tecnológico? É possível. Mas não inexistência de potencialidades.

Interrogar-nos-emos sempre sobre esse genocídio!

A verdade é que o espírito épico presente nos Lusíadas degenerou em vaidade oca no século XVII. E o que se passa de facto com as ciências e como se concretizou neste contexto esterilizante a cultura? Sugerimos acima estilos rebuscados para «tapar» o pensamento... mas sabemos pouco da sua profundidade.

Em 1640 Portugal dá um golpe definitivo no domínio dos espanhóis, pois quando está realmente em perigo reage com as forças que tem e que recia. Pelo menos assim tem acontecido. Era preciso tornar

sólida a revolta e em função disso as cortes de Lisboa de 1641 fecham as universidades pois todos os esforços eram necessários para a vitória política. Assim, para além das razões já apontadas, a renovação cultural teve mais uma vez que esperar. Os reinados de D. João IV, Afonso VI e Pedro II pouco puderam providenciar em matéria de instrução. Havia, é certo, movimentos particulares voltados para a cultura onde se organizaram sociedades literárias sob o nome de academias (a dos Generosos, dos Singulares, dos Ilustrados) de sabor francamente gongórico, frívolo e pouco renovador, mas que a pouco e pouco, e já nas últimas décadas do século XVII, começaram a expressar um certo espírito de reacção contra aquele gongorismo. A partir de 1685, a Academia dos Generosos parece adquirir certa importância e fazer mesmo o elogio da «ciência renovadora anti-peripatética». Mas só no reinado de D. João V esses sintomas renovadores vão ganhar forma definitiva.

«Ao século XVII não pode de forma alguma dar-se a importância que teve o anterior no domínio da História da Ciência... a ciência portuguesa floresceu somente no fim do século XVIII, até então, como se viu para o século XVI e se verá para o século XVII, algumas tentativas de sistematização científica caracterizaram esse longo período histórico, em particular, no que se refere à Matemática, à Medicina e à Botânica» (Nota 2).

Predominava, a nível filosófico, como se pode inferir do que vimos a expor, o aristotelismo escolástico. Diz Lopes Graça, referindo-se ao século XVII que «os Comentaristas Conimbricenses... fizeram estudos profundos para verificarem sobre os originais a Filosofia de Aristóteles» (Nota 3). Foi a Congregação do Oratório que, por razões de vária ordem, se impôs contra os modelos jesuítas. Teodoro de Almeida na obra «Renovação Filosófica» opõe-se francamente ao aristotelismo jesuítico. Em Coimbra, o grupo dos Conimbricenses salvaguardando o paratetismo aristotélico foi, a pouco e pouco e na

de facto, passado nesses domínios do saber.

A Filosofia do século XVII é marcada pelas tendências diferentes de Descartes, Francisco Bacon, Hobbes, Gassendi, Locke, Espinosa e Malebranche. Leibniz tentou, de certo modo, conciliar diferenças profundas e ricas que iriam dominar a Europa no século XVII. Entre nós, como referimos acima tenta-se reencontrar Aristóteles no original.

A nível da medicina, o ensino desta permanece tradicional. As linhas gerais eram ainda árabes, galénicas e também aristotélicas. De um modo geral, as doutrinas médicas fora do país apoiavam-se em fundamentos físico-químicos da anatomia-fisiologia e patologia, sendo estas francamente utilizadas. Entre nós no século XVII, a Anatomia e a Fisiologia mantêm-se decadentes. Todavia, a Patologia evolui com os estudos de Zacuto Lusitano, que é a figura mais saliente da medicina do século XVII em Portugal. Judeu, crítico, historiador da medicina e clínico notável, teve de exilar-se para Amsterdão, onde morreu. Ainda na medicina deste século se salientam nomes como Estêvão Rodrigues de Castro, professor em Pisa, Fernão Mendes, médico judeu da corte inglesa, António da Luz e António Ferreira, cirurgiões, Manuel Lopes Pereira, Jerónimo Ramires e Francisco Soares Feio que redigiram um tratado sobre o escorbuto. Mas, foram Ribeiro Sanches, médico judeu, Jacob de Castro Sarmento, Manuel Azevedo Fontes, Soares de Barros Vasconcelos e João Baptista de Castro que introduziram em Portugal a semente cultural voltada para o experimentalismo, no reinado de D. João V e com o patrocínio do Conde de Ericeira, sendo já previsível uma certa antecipação do experimentalismo aplicado às Ciências do Homem.

Todavia, foi com a publicação do «Verdadeiro Método de Estudos» de Luís António Verney arcebispo de Évora, que o novo espírito do século das luzes tomou forma entre nós. O critério da verdade, adquirida pela experiência, antepõe-se a qualquer outro critério — a investigação científica ganha aqui a sua implementação embora só se vá sedimentar com o apoio político da controversa figura histórica que é o Marquês de Pombal e com a promulgação da reforma dos estudos universitários em 1772. Aí se trata, pela primeira vez, no nosso país a política educativa portuguesa no seu todo. Para tal, foi particularmente importante o contributo de Verney que na obra citada não só põe em evidência a necessidade da reforma do ensino como ainda a sua realização até final. Possivelmente, uma análise minuciosa da obra realçará, sobretudo o que presidiu à redacção do livro: fornecer uma ideia geral da Filosofia e da Teologia à luz da perspectiva empirista da Europa da época.

Tentemos, assim, concluir duplamente quanto à contribuição do pensamento português neste período para a futura Psicologia.

1. — *Tendência à especulação pouco produtiva a nível experimental em períodos de depressão, mas... capacidade de retomar o caminho. — há sempre um Verney*

a desencadear reacções — ultrapassados os períodos esterilizantes, que afinal não funcionam como estêreis, pois que, apesar de tudo, se aprendeu com a experiência. Atraso cultural? Atraso tecnológico? É possível. Mas não inexistência de potencialidades.

2. — *Retorno franco a uma «experimentação» melhor caracterizada, e necessariamente mais frutuosa a partir de meados do século XVIII.*

Claro que está ainda longínqua a Psicologia e referimos circunstâncias mediatas, mas do nosso ponto de vista, absolutamente necessárias à compreensão dos fenómenos científicos. Deste modo nos aproximamos, com o ritmo que nos é possível, das circunstâncias imediatas que levaram ao aparecimento da Psicologia nas universidades portuguesas.

NOTAS

NOTA 1 — Hermano José Saraiva — História da Condição de Portugal, Publicações Europa-América, 1979, p. 180.

NOTA 2 — Damilão Peres — História de Portugal, Edição Monumental da Portucalense Editora, 1934, vol. VI, p. 511.

NOTA 3 — Lopes Graça — História da Filosofia em Portugal, Guimarães & Cia Editora, edição preparada por Pinharanda Gomes, 1974, p. 216.

BIBLIOGRAFIA

Ferreira, Frel João — Existência e fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1965.

Milheiro, J. — D. Sebastião King Size (Folclore), 1982.

ABSTRACT

The author analyses the contribution of portuguese thinking on XVI and XVII centuries to the future development of psychology in Portugal.

The evolution of scientific thinking as well as historical and cultural incidences are stressed.

Orientação vocacional

CONTINUAÇÃO DA PAGINA 2

formação de três anos no Instituto de Orientação Profissional acrescida da manutenção dos seus vencimentos. Ora, o Licenciado em Psicologia, capaz de uma maior polyvalência de serviços, fica unicamente no País pelo preço da sua Licenciatura.

Temos assim, finalmente, a possibilidade de valorizar os serviços educativos com a contribuição de profissionais mais capazes frequentemente solicitados e pelo menos, quatro vezes menos dispendiosos ao País. Fazemos votos de que, a falta de senso ou as atitudes corporativas não impeçam o redimensionamento da Orientação Escolar e Profissional no Sistema Educativo Português, nos moldes dos países mais desenvolvidos.

Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia